

Collor é acusado de mais uma irregularidade

O ex-governador de Alagoas é acusado, agora, de malbaratar recursos da Previdência Social que foram repassados à sua administração, através do SUDs.

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados prepara uma surpresa para o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, quando ele desembarcar no Brasil, depois de seu périplo pela Europa: vai ouvir os dois técnicos do Ministério da Previdência Social que realizaram uma auditoria nas contas da Secretaria da Saúde do Alagoas, nos anos de 1987 e 1988, para verificar uma série de irregularidades com o dinheiro do governo federal que era repassado à sua administração, dentro do programa do Sistema Unificado de Descentralização de Saúde (SUDs).

A Previdência transferiu para Alagoas Cz\$ 1,7 bilhão em 87 e outros Cz\$ 14,9 bilhões em 88. O dinheiro era destinado a construir 13 hospitais e aparelhar os postos de saúde do Estado. As obras ficaram, na época, sob a responsabilidade da Serveal — Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas, empresa do governo. Quando a auditoria chegou ao fim, as obras estavam em andamento, mas, no ano seguinte (89), em nome do “enxugamento da máquina administrativa”, Collor simplesmente fechou as portas da Serveal. Dessa forma, segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas, Júlio Bandeira, as obras dos hospitais ficaram no estágio em que estavam: nas estruturas hoje abandonadas.

Outra irregularidade apontada por Bandeira e constatada pelos auditores, foi a aquisição de 97 veículos, sem licitação, cedidos às prefeituras do interior de Alagoas. Só que não existe qualquer docu-



Collor: um amargo regresso do périplo pela Europa.

mento formalizando essas cessões e nem mesmo que os veículos pertencem de fato ao Estado.

No final do trabalho dos auditores — Luiz Carlos Ferreira de Abreu e Luís Paulo Frias Vilar — em dezembro de 88, não havia ainda qualquer prestação de conta do ano anterior. Muitas das despesas efetuadas nem sequer puderam ser avaliadas por “inexistência de identificação e quaisquer outros documentos”. Os técnicos acrescentaram em seu relatório que “não se constata a localização de diversos bens” e que “o Inamps não possui controle sobre os bens adquiridos ou construídos com recursos do Suds”.

Comenta-se informalmente na Previdência que, ao fechar a Serveal, Collor cometeu no mínimo duas irregularidades: não entregou as obras que deveriam ter sido realizadas e nem deu sinal da destinação do dinheiro. Júlio Bandeira tem alguns indicativos: “Além dos veículos, ele comprou cem mil frascos de solução glicerina-da, que não é mais usada em hospitais; 13 milhões de blocos para requisição de exames, o suficiente para mais de cinco anos; e começou e parou obras importantes. O resultado é que hoje temos em Alagoas um dos mais altos índices de mortalidade infantil do país. Em alguns lugares chega a 600 óbitos para cada mil nascimentos”.